



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

**Salão Nobre de Melgaço**  
**Sessão Ordinária nº 3**  
**de 26 - 02 - 2022**

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Márcio António Silva Alves a)	P	José Carlos Gonçalves	P
Manuel Cândido Afonso b)	P	Micaela Coelho g)	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria das Dores Vaz Fernandes c)	P	Amado Dias	P
Bárbara Cristina Ribeiro Lima d)	P	Patricio Cordeiro h)	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	P
Diogo Alexandre Rodrigues Pereira e)	P	Amadeu Esteves	P
Sónia Andreia Alves Durães f)	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

**P-Presença F-Falta**

- a) Substitui Manuel Luís Domingues Gonçalves
- b) Substitui Pedro João Mendes de Sousa e Silva
- c) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- d) Substitui António Manuel Domingues
- e) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- f) Substitui Alexandra Cláudia de Sousa Táboas
- g) Substitui David Manuel Barbeitos
- h) Substitui Edgar Fernando Barreiros Rodrigues

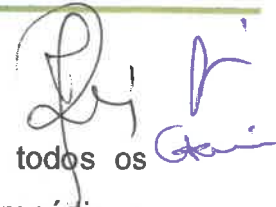


Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu a Assembleia Municipal. Presidiu a reunião Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.

Depois de realizada a chamada e informar sobre as substituições, a Senhora Presidente da Mesa começou por referir que a revisão do regimento da Assembleia, a cargo do grupo de trabalho constituído pelos Senhores Deputados José Albano Domingues, António Domingues e Manuel Luís Gonçalves, e cuja proposta seria apresentada nesta sessão, terá que ser adiada, por motivo de falecimento da mãe deste último. Será posta a discussão na próxima reunião de Assembleia e, até lá, continuará em vigor o atual regimento. Em seguida, a Senhora Presidente colocou a apreciação a proposta da ata de dezoito de dezembro de dois mil e vinte e um. Questionou se haveria alguma sugestão de alteração, pois trata-se de uma ata bastante extensa e poderia haver algum lapso. A deputada Aurora Soares, depois de cumprimentar a Mesa, pediu para, na página seis, ser retificado Beco dos Frades e não Largo dos Frades. O Senhor Deputado José Albano Domingues, pediu a palavra para, depois de cumprimentar toda a Assembleia, informar que tinha enviado à Senhora Presidente, à semelhança do colega de bancada Deputado Pedro Silva, algumas propostas/alterações da ata que não foram revistas. A Senhora Presidente desculpou-se, informando os senhores Deputados que não recebeu essa informação, estranhando até, que numa ata tão extensa não houvesse alterações a fazer, pois há sempre um ou outro aspeto a retificar. O e-mail deve ter ido para o spam, pois a Senhora Presidente não o recebeu mas irá verificar o que sucedeu. Propôs que, para não atrasar a sessão, teria em atenção as propostas sugeridas e enviaria e-mail a todos os Deputados com a nova proposta de ata. Sugeriu também que, se todos concordassem e se depois de recebido o referido email, não houvesse mais alterações, daria a ata como aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º1</b>	<b>Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>
---------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram -se os Deputados: Vítor Jorge Rodrigues, José Albano Domingues, Vítor Cardadeiro, Ricardo Alves, Augusto Pinto, Maximiano Gonçalves e Manuel Rodrigues.



O Deputado Vítor Jorge Rodrigues começou por cumprimentar todos os presentes. Iniciou a sua intervenção apresentando uma moção de repúdio e solidariedade em nome da bancada do Partido Socialista. “A Assembleia Municipal de Melgaço repudia a atitude, bélica e violadora do Direito Internacional, do Governo da Rússia e exprime toda a solidariedade ao povo da Ucrânia e a todos os esforços que possam conduzir à paz e à cessação da hostilidade e da agressão russa. Manifesta, ainda, todo o apoio à comunidade ucraniana emigrada em Portugal, cujas famílias na Ucrânia atravessam momentos dramáticos, merecendo toda a solidariedade que o Governo Português lhes possa dar”. A bancada do PS solicitou ainda, que esta moção seja dirigida ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, à Embaixada da Ucrânia em Portugal, e à Embaixada da Rússia em Portugal. A bancada do PS propôs, também, um minuto de silêncio.

Antes de colocar esta moção do Partido Socialista a votação, a Presidente da Assembleia interveio para informar que o Senhor Vereador do PSD, Dr. José Passos Rodrigo, também pediu para ler uma mensagem sobre o mesmo tema, ao que a Senhora Presidente, exceccionalmente, anuiu. A mensagem segue em anexo a esta ata.

A Presidente da Mesa propôs que se apresentasse uma moção conjunta, que pudesse ser enviada a todas as instâncias aqui referidas. O Deputado Maximiano Gonçalves pediu a palavra, e após cumprimentar a Mesa, informou que concorda com ambas as intervenções, no entanto, só uma moção foi apresentada. A ser apresentada em conjunto, teria que ser com o grupo parlamentar do PSD e não com o Senhor Vereador.

De seguida, deu a palavra ao Deputado José Albano Domingues. No que concerne ao voto de repúdio e de solidariedade apresentado pelo deputado Vítor Rodrigues, da Bancada do PS, bem como à intervenção, no mesmo sentido, do senhor Vereador José Passos Rodrigo, o deputado José Albano Domingues afirmou que este é um tema da atualidade que a todos deve unir, em que, sem exceção, devemos repudiar esta violação, não só de normas do direito internacional como também da agressão infligida a pessoas, de forma indiscriminada ou indistinta, não olhando a novos ou velhos, a mulheres ou crianças. Afirmou que, pessoalmente, a

atitude do líder da Rússia lhe causa profunda repulsa, sendo para si impensável que em pleno século XXI haja nações, ou líderes das mesmas, com pretensões de expansão territorial, e que apenas lamenta que a comunidade internacional, e a NATO em particular (se bem que neste caso entenda as razões) não repudiem, de uma forma ainda mais veemente, e ativa, a ação bélica de invasão do território de uma nação soberana, como é a Ucrânia. Finalizou a sua intervenção dizendo que não obstante concordarem com o voto de repúdio e de solidariedade para com o povo da Ucrânia, entendem que uma tal moção, ou voto, deverá ser apresentada, de forma institucional, em nome da própria Assembleia Municipal, por dessa forma ter mais força e impacto.

Procedeu-se à votação da moção. Foi aprovada por unanimidade.

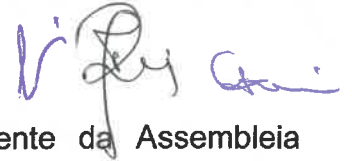
A Senhora Presidente pediu que se cumprisse um minuto de silêncio.

Quanto ao pedido de uso da palavra, e após concedido pela Mesa, o senhor deputado José Albano Esteves Domingues apresentou, em nome da Bancada do PSD, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Bento Sousa Silva, ocorrido no dia 9 de janeiro de 2022, quando eram completados oitenta e seis anos de idade. Realçou estarmos perante uma pessoa com fortes ligações a Melgaço, que no ano de 2016 recebeu até o título, distintivo, de cidadão de mérito; que exerceu funções no concelho primeiramente como sacerdote, depois, entre os anos de 1979 a 1982, como Presidente da Câmara, e finalmente, também, como advogado; que foi deputado na Primeira Legislatura da Terceira República, eleito pelo Partido Social Democrata, e que era, por curiosidade, o sócio número um da agremiação local "Sport Clube Melgacense". Deixou expressa uma sentida, e merecida, homenagem ao homem, ao autarca, ao profissional, ao marido, ao pai, ao cidadão de Portugal, com apresentação, da parte da bancada que representa, de sentidas condolências a seus familiares, amigos e a todos aqueles que mais de perto sentem a sua ausência. Finalizou deixando em aberto a possibilidade de a bancada do PS se lhes associar na aprovação de tal voto do pesar, pedindo que, em caso de aprovação, como disse claramente esperar, a Mesa da Assembleia o faça chegar aos mais próximos dos membros da sua família biológica.



O deputado José Albano apresentou, de seguida, também da parte da bancada do PSD, sentidas condolências pelo falecimento de familiares próximos de dois elementos ou membros da Assembleia Municipal, concretamente do sogro da senhora Presidente da Mesa, Prof.<sup>a</sup> Fátima Pereira, e da mãe do senhor deputado, e líder da bancada do PS, Dr. Manuel Luís Gonçalves, aos quais afirmou se associarem neste momento de profunda perda.

Abordou, finalmente, a questão das transferências de competências do poder central para os Municípios no campo ou área social, principiando, na sua intervenção, por aludir à Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, por via da qual foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios, cujo exercício se encontra na plena disponibilidade dos municípios desde o dia 1 de janeiro de 2021 (com exceção da Educação, Saúde e Ação Social). Aludiu, seguidamente, ao Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social, inicialmente previstas concretizar até 31 de março de 2022. Acrescentou que, no entanto, e por solicitação de muitos Municípios nesse sentido, em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi publicado um diploma legal, o Decreto-Lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro, que prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social até janeiro de 2023. Afirmou ser do conhecimento da bancada do PSD que a Câmara Municipal de Melgaço mantém a assunção de competências nesta matéria no corrente ano de 2022, e finalizou a sua intervenção dizendo que gostariam que o senhor presidente da Câmara os informasse sobre o que é que concretamente foi feito, designadamente em termos logísticos (se for o caso), materiais e técnicos ou humanos, que habilitem o Município a assumir ou manter esta responsabilidade no imediato, e também qual o envelope financeiro que permitirá gerir matérias tão vastas e importantes como as do Rendimento Social de Inserção (RSI), do serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS), e do programa de contratos locais de desenvolvimento social (CLDS).



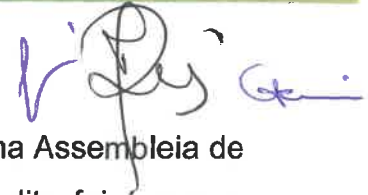
Antes de avançar à próxima intervenção, a Presidente da Assembleia agradeceu a solidariedade recebida de todos, pelo falecimento do seu sogro e, agradeceu também, em nome do Deputado Manuel Luís Gonçalves, visto não estar presente, pelo falecimento da sua mãe.

A Senhora Presidente colocou este voto de pesar pelo falecimento do doutor Manuel Bento Sousa e Silva à consideração para posterior votação. O Deputado Maximiano Gonçalves interveio para dizer que a bancada parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto de pesar. Este foi **aprovado por unanimidade** e será encaminhado, conforme solicitado, à família, em nome da Assembleia Municipal de Melgaço.

Em seguida, interveio o Deputado Vítor Cardadeiro. O senhor Deputado, após cumprimentar a Mesa, pediu a correção do seu e-mail, pois não tem recebido e-mails da Assembleia.

Foi dada a palavra ao Deputado Ricardo Alves. Cumprimentou toda a Assembleia e informou que a sua intervenção se prendia com o assunto das telecomunicações. Como é do conhecimento geral, existe a nível municipal uma rede montada de distribuição de fibra ótica, muito ansiada no concelho pela população, pois dá melhor qualidade de vida às pessoas e empresas. No entanto, e já tendo sido solicitado pelo presidente da União de Juntas de Freguesia de Parada do Monte e Cubalhão, existem três freguesias de montanha que ainda não têm a dita rede. Sentem-se, em relação aos outros, prejudicados, porque tem várias empresas sediadas na freguesia, têm população bastante jovem, ativa e lá residente. É um assunto há muito pedido por estas freguesias, mas não tiveram mais notícias e gostavam de ter uma resposta e saber como está essa empreitada.

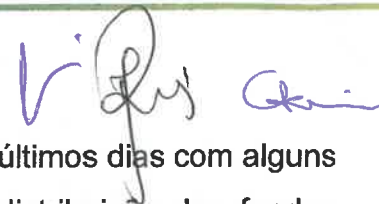
A Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Augusto Pinto. Este cumprimentou a Presidente da Mesa e restante Assembleia. Começou por dizer que na última reunião desta Assembleia se falou do projeto NUTRIR. Passaram dois meses, e achando este projeto relevante para o concelho e para a freguesia de Cristóval, gostaria de saber se há algum desenvolvimento, se o senhor Presidente já pode adiantar alguma notícia sobre este assunto. Também falou sobre a instalação da loja do cidadão na freguesia de Cristóval, e sobre a delegação de competências que a Assembleia de Freguesia deu à junta e que esta não utilizou. A Assembleia de Freguesia de Cristóval entendeu que deveriam usufruir desse serviço. O tempo foi



passando mas o Executivo não executou aquilo que foi deliberado na Assembleia de Freguesia. O senhor Deputado foi questionando e o que lhe foi dito foi é que o envelope financeiro não chegava para a instalação desse serviço. Até poderia concordar com isso. Mas entretanto, pediu que lhe fizessem chegar essa informação por escrito e o Executivo respondeu que era a Câmara que ia elaborar esse documento e depois lhe seria entregue, o que até hoje não aconteceu. O que o senhor Deputado gostaria de saber é se o executivo tem conhecimento disso e se essa deliberação irá ser executada. O povo de Cristóval deveria ter uma explicação sobre o assunto. Agradecia que o Presidente da Câmara o esclarecesse. Se a deliberação não foi executada, terá de ir novamente à Assembleia de Freguesia para se explicar o que é que se passou.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Maximiano Gonçalves. O senhor Deputado cumprimentou a Assembleia Municipal. E, como Presidente da União de Freguesias de Prado e Remoães, começou por congratular a autarquia pela abertura do troço da Ecovia, que liga o Centro de Estágios e as Termas do Peso. As reações das pessoas têm sido positivas, será um bom prenúncio para a Ecovia que se está a fazer, e estes seis quilómetros são dignos de se passear, e de se apreciar um percurso espetacular por cima do Rio Minho e que contribui para a promoção turística do concelho. Também abordou o tema da habitação social, neste caso, das casas da Câmara Municipal, aproveitando para dizer, aos menos atentos, que o trabalho que está a ser feito, na sua freguesia e noutras, com as pessoas que se inscreveram neste programa. As juntas de freguesia, juntamente com os técnicos da Câmara, estão a ajudar as pessoas, para que consigam ter as casas em seu nome. Está a ser difícil porque a maioria das pessoas ainda não tem partilhas feitas, e muitas não têm condições. As Juntas de freguesias estão a apoiar no possível.

Também deixou duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Há poucos dias, esteve numa reunião da ANAFRE, na Póvoa, e apercebeu-se em conversas com alguns colegas de outros distritos, que havia algum desconforto relativamente aos apoios às instituições de solidariedade social. Segundo lhe pareceu, com o programa PARES. Não sabia se já saíram os resultados, sabia sim que também houve várias instituições no concelho que fizeram candidaturas, e pediu ao senhor Presidente se podia dar alguma informação de como se encontra esse processo. Parece que as pessoas se queixam de que há pouco dinheiro, o que é



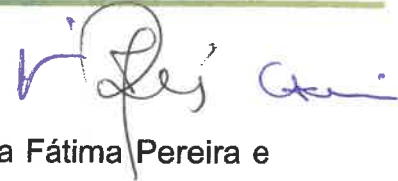
normal neste país. Como soube que houve uma reunião nos últimos dias com alguns municípios, para tentar, com o apoio do Governo, que a distribuição dos fundos comunitários, possa ser feita de outra maneira, nomeadamente permitindo que os municípios de fronteira possam ter acesso a essa distribuição e, sabendo que há poucos dias houve uma outra reunião entre os municípios minhotos e galegos, da raia, em que o principal assunto em cima da mesa seria o acesso aos fundos comunitários, solicitou ao senhor presidente algum feedback sobre o que se passou nessa reunião.

Terminada a intervenção do Deputado Maximiano Gonçalves, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Manuel Rodrigues. Cumprimentou a Mesa e iniciou a sua intervenção com uma questão relativa à saúde. Tem vindo a público a polémica das farmácias. Questionou o senhor Presidente se sabia ou não, sobre a polémica do horário das farmácias. Embora para o senhor Deputado seja uma questão secundária, para outras pessoas é um assunto importante. A questão que pretende saber, e já passaram dois meses desde que essa questão foi levantada na última reunião pelo Deputado Vítor Rodrigues, é se o senhor Presidente, relativamente aos serviços de saúde, já tomou algumas diligências no sentido de aumentar a oferta e alargar os serviços, os horários, porque essa é que é a questão principal. A questão concreta é: desde a última reunião, há dois meses, quais diligencias o senhor Presidente já efetuou junto das entidades para que realmente o serviço seja mais eficaz e haja melhor oferta.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes na Assembleia. Começou por referir que o Deputado José Albano Domingues fez algumas referências que o senhor Presidente também subscreve. Nomeadamente, o falecimento do senhor Dr. Manuel Bento Sousa e Silva, que na altura, juntamente com a Câmara e o Executivo manifestaram o seu pesar, mas também com a declaração de um dia de luto municipal em honra e em memória da pessoa que durante três anos liderou o município. Foi alguém que, durante parte da sua vida dedicou o seu tempo, a sua vida, as suas energias, a esta causa e por isso merece todo o nosso respeito e admiração. Também uma nota em relação ao falecimento de

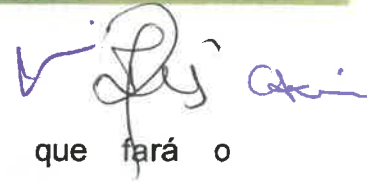




duas pessoas próximas desta Assembleia: o sogro da Professora Fátima Pereira e de uma forma mais próxima, e com certeza mais dolorosa, do falecimento da mãe do nosso Deputado e amigo pessoal, Manuel Luís Gonçalves, durante esta semana. O seu voto de solidariedade com as pessoas que neste momento sofrem com essas perdas. Também gostaria de dar nota sobre o momento político que vivemos. Um verdadeiro dramatismo, e, como alguns comentadores vão dizendo, está em causa, não apenas o território ucraniano, não apenas a posição da Ucrânia, não apenas o seu direito à sua autodeterminação e à sua independência e autonomia, mas estão em causa os valores da democracia, os valores do Ocidente, muito mais do que aquilo que possamos imaginar. Ninguém esperava que depois do processo pandémico que se vive, que a todos tocou no mundo inteiro, e que perturbou a economia e a qualidade de vida de cidadãos de todo o mundo, viesse agora uma guerra que a todos afetará. Isto deve a todos chamar e motivar para um processo democrático cada vez mais intenso, naquilo que é possível fazer na nossa junta de freguesia, na nossa Câmara Municipal, no nosso território, no nosso país. Participação ativa para que os valores da democracia se mantenham. Porque há cem anos foi a ausência do valor da democracia que fez com que o mundo inteiro entrasse em perturbação absoluta, cem anos volvidos, é ausência de democracia que leva a que o mundo inteiro possa estar em causa novamente. É um período de grande reflexão, de grande trabalho e de acolhimento. Não são os outros que tem que o fazer. Será um acolhimento cívico e político de cada um de nós, dentro daquilo que é possível para ajudar a resolver esta situação mas, com certeza que está muito mais nas mãos dos povos da Ucrânia e da Rússia. Não está só a sofrer o povo ucraniano. O povo russo também está a sofrer e a ser desrespeitado. Todos se devem empenhar naquilo que é possível, naquilo que está nas suas mãos, para conjuntamente com a força dos povos russo e a diplomacia poder ultrapassar esta situação e sair mais fortes e mais resilientes.

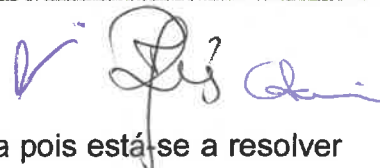
O Deputado José Albano Domingues fez referência à questão das competências. Praticamente todas as competências estão assumidas, neste momento, com exceção da ação social, que realmente pode, por legislação recente, ser adiada para princípios do próximo ano. E, do ponto de vista do município, a educação foi assumida já no ano 2021, porque havia uma experiência no passado, desde 2008, que em boa parte já estava nas mãos do município. O que apenas se

fez foi formalizar um trabalho de articulação com a escola. Quando o envelope financeiro foi transferido para a Câmara Municipal, respeitou tudo o que foi estabelecido na lei. O Ministério da Educação foi consciente, conversou com a autarquia e por isso a transferência de verbas está adequada a esses critérios criados. Com certeza que todos gostariam que o valor transferido fosse maior, assim como noutras matérias e outras competências de menor valor, e onde a câmara municipal não tem do ponto de vista do orçamento, um peso tão grande. A autarquia gostaria também que houvesse aqui um reforço de financiamento às câmaras municipais. No fundo, aquilo que está a acontecer com este processo de descentralização e que pode ser visto numa ótica muito positiva, é transferir para quem pode e tem mais eficácia no trabalho. E para essas competências, para se conseguir continuar a dar resposta a todas as áreas trabalhadas, também deveríamos ver reforçados os orçamentos. Relativamente à ação social, aceitaram a competência no ano passado. Já estão a trabalhar nisso, já tiveram oportunidade de falar com o centro regional de segurança social, com a Dr.<sup>a</sup> Cristina e alguns elementos da sua equipa técnica. Já reforçaram o quadro de pessoal, por via da inclusão, no quadro, de uma pessoa da área social, que era a pessoa que fazia atendimento por parte do centro regional de segurança social, aqui em Melgaço, para poder dar resposta às necessidades. Paralelamente, estão, com os outros municípios, a construir os instrumentos de trabalho que são: o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e a carta social municipal, com o apoio do programa 2020 que lhes permitiu ter esse financiamento para realizar este trabalho. Simultaneamente, dizer que a questão do SAS, do RSI e do CLDS, estão, cada uma delas, bem resolvidas. O CLDS, tem financiamento próprio, é um instrumento de trabalho que tem a câmara por trás e está a ser desenvolvido por uma IPSS que é o Centro Social de Chaviães. Tiveram oportunidade de observar o relatório da atividade no próximo CLAS que irá acontecer daqui a alguns dias, tendo noção, que todos os indicadores são altamente positivos e estão a fazer um ótimo trabalho. Porventura, uma referência dos CLDS do Alto Minho. O RSI, ou seja, o acompanhamento das famílias que estão em RSI no nosso município, estava a ser feito por uma entidade de Monção, o CENSO. Este tinha uma equipa a dar este apoio às famílias de Monção e de Melgaço. Foi contratualizado, na altura, e foi uma boa resposta. A partir do momento em que assumam definitivamente as



competências, será a equipa da autarquia, já reforçada, que fará o acompanhamento a essas famílias em Melgaço e que deixará de ter acompanhamento por parte de uma entidade externa ao município. O SAS, também ele estruturado pelo município para acompanhar as situações que são referenciadas, bem articulado com as organizações do setor social que trabalham no nosso município, para que o trabalho não seja feito em paralelo, ou em cima um do outro, seja feito de forma articulada e com respostas também elas articuladas, para os cidadãos que desta resposta necessitem. Estão em condições para continuar este trabalho de transferência de competências e não faz sentido do ponto de vista do município, adiar esta decisão.

O Presidente da Junta de Freguesia, Ricardo Alves, questionou sobre a questão das comunicações do nosso município. Tem sido um trabalho intenso, e que nunca se termina, pois quando terminar o 4G, e está-se a falar das televisões, telemóveis, etc, entraremos no 5G em todo o território, nos próximos anos. Ainda não está ligada a torre que já está construída e que terá equipamento de emissão, a torre de S. Paio, mas tudo leva a crer que brevemente esteja. Só faltava a chegada de energia à torre, e essa questão já está ultrapassada. Isso será importante, não resolve tudo mas serve para reforçar o sinal desta linha baixa de Paderne, onde ainda há zonas com fraca cobertura e que ajudará estas freguesias. Também pediram à Altice uma proposta para resolver os assuntos pendentes dos Ribeiros de Baixo e de Cima. Têm a proposta que foi apresentada pela Altice para levar simultaneamente rede móvel, a que não tem nenhuma rede, e fibra. Relativamente à fibra ótica para o resto do território: Parada do Monte, Gave, Cubalhão, Lamas de Mouro e o resto de Castro Laboreiro, foi lançado um concurso internacional antes das eleições, e está avançar. Mas, durante este período eleitoral, surgiu uma notícia de que o Governo, iria lançar um concurso internacional. Esse concurso seria para todo o país e para distribuir fibra ótica em todos os lugares do país onde não existe. Tiveram de parar e fazer contas, pois não se pode desperdiçar dinheiro público. Se o Executivo continuar com esse concurso internacional, seriam 500 mil euros base, mais IVA. E por isso, acharam que havendo uma medida nacional, que já está em andamento pois a ANACON já fechou a consulta pública a todos os municípios. O município de Melgaço já respondeu detalhadamente com aquilo que são a identificação das zonas brancas, e agora aguardamos que o Governo responda o

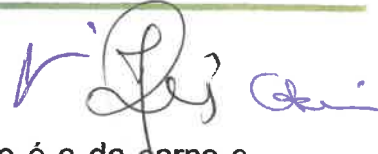


mais depressa possível. Sabemos que a altura é complicada pois está-se a resolver as questões políticas relacionadas com a contagem dos votos dos eleitores da diáspora, mal tratados em todo este processo. Depois de terem esta situação resolvida, há condições para o Governo lançar de imediato esse concurso público internacional, que vai resolver a questão da fibra em todo o país e com certeza também no nosso município.

Está também, neste momento, a terminar a intervenção, bastante importante, da DST. Ficou pronta em junho passado, mas que deixou alguns pontos desacautelados: Paçô, em Roussas, Barbeito, em Alvaredo, e Remoães. O senhor Presidente teve oportunidade de falar com o responsável da DST, pois havia um compromisso de até ao final do ano de 2021, ter resolvido estes pontos que ficaram por resolver, quando tudo o resto das freguesias estavam resolvidas.

O senhor deputado Augusto Pinto falou simpaticamente do projeto NUTRIR. Andou a falar neste projeto durante anos, não com este nome, com uma ambição necessária para o território, não de Melgaço, mas do Alto Minho. Nessa altura aconteciam até sorrisos de soslaio, sorrisos de dúvida, de que não fazia sentido o que se estava a dizer ou a fazer. A verdade é que o projeto NUTRIR está a crescer, desde abril de 2021, está formalmente em funcionamento, está a crescer em ambição, em território, e no impacto que tem no território do Alto Minho. Hoje, toda a gente pergunta pelo NUTRIR, como uma iniciativa de grande valor. Felizmente é conhecido em qualquer despacho governamental. Foi feito de forma calculada. Aconteceu a segunda comissão de acompanhamento, em Monção, onde estiveram presentes o senhor Reitor da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, que tem acompanhado este processo desde 2016, a Vice-reitora da Universidade de Santiago de Compostela, que tem acompanhado este processo desde 2021, e que replicou este projeto para a Galiza. Também tem conversado com a Universidade do Minho, para que se juntem ao projeto coordenado pelo Instituto Politécnico. O projeto tem uma grande ambição territorial, nomeadamente em áreas muito concretas: na área da vinha e do vinho. Outra questão é a crise hídrica. A água é um bem escasso e a Dr.<sup>a</sup> Isabel, Diretora da Escola Superior Agrária, na apresentação que fez, deu nota de que nos últimos dez anos, nas bacias do Minho e do Lima, reduziu a pluviosidade em 30%. A questão da vinha e do vinho passa pela racionalidade da água. Ao reconvertermos uma plantação temos de ser capazes de



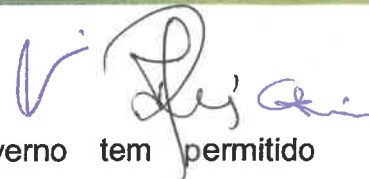


pensar nestas questões como por exemplo a rega. Outra ambição é a da carne e dos produtos locais. Temos duas marcas a serem registadas para Melgaço e para o Alto Minho. É importante criar notas diferenciadoras para os nossos produtos. Outra área importante é a área florestal e a da paisagem. Conversaram com os municípios de Caminha e Paredes de Coura, no sentido de aproveitarem aquilo que é a flora dos territórios para produtos alimentares e produtos ligados à saúde. Trata-se de perceber como se podem ajudar os produtores nesse sentido.

O Presidente da Câmara diz saber porque o senhor Deputado Augusto Pinto falou no NUTRIR. Porque teria a sua sede principal nas casas de fronteira em S. Gregório. Mas, não é do pé para a mão que se consegue projeto e financiamento para as coisas funcionarem e arrancar com a obra. Mas acontecerá, porque isso é o combinado com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, que aí funcionará a sede do NUTRIR. Claro que terá outros polos de desenvolvimento, porque irá abranger rapidamente todo o território do Alto Minho e é natural que algumas ações aconteçam noutros municípios. Mas a sua sede é em Melgaço, porque o projeto nasceu aqui.

Colocou outra questão, ligada ao espaço do cidadão e a Junta de Freguesia. Não vai tecer qualquer comentário sobre este assunto, não pode assumir que seja este o local para conversar sobre isso, quando isso é matéria da Junta de Freguesia e portanto será em Junta que deve colocar essa questão e discuti-la. A Junta de Freguesia tem feito um trabalho extraordinário nessa matéria, mérito do senhor Presidente e da equipa que o acompanha.

O Deputado Maximiano Gonçalves falou da questão da Ecovia. Permite-nos ligar as termas de Melgaço ao rio Minho, através de um pequeno troço. A ambição é o projeto da Ecovia que vai desde Cevide até Penso, e até ao final do mandato se não tiver toda a extensão colocada no terreno que esteja pelo menos uma boa parte, de Cevide até ao Peso. Brevemente, haverá condições para inaugurar a rede municipal de trilhos. Inicialmente tinha catorze trilhos, aos quais se somam o trilho do Mouro e o trilho do Labreiro, que estão em fase avançada de construção e ao inaugurar juntar-se iam todos, que fazem um total de cento e sessenta quilómetros, devidamente limpos, marcados e com muita qualidade, do ponto de vista do turismo e natureza.



Também falou da habitação. Felizmente o governo tem permitido instrumentos financeiros para se trabalhar essa matéria. A estratégia local de habitação é um dos instrumentos, haverá outros e estão-se a aproveitar. No âmbito da estratégia local de habitação o que foi feito foi, regularizar as dezassete casas de habitação social, e candidatar-las a obras. Sete delas já o fizeram, e as outras já estão em condições de o fazer. Em simultâneo, estão a acompanhar os privados, que estão identificados, e em articulação com os senhores Presidentes de Junta, trabalham para que as pessoas tenham as suas casas registadas, formalizados todos os processos, para que depois possam candidatar cada uma das situações identificadas e terem acesso ao financiamento para fazerem transformação da sua própria casa.

Sobre as IPSS, o Presidente da Câmara afirmou que teve oportunidade, há quinze dias, de falar com o senhora Ministra Ana Godinho, e informou-o de que quase de certeza, todos os projetos candidatos ao PARES, cinco no nosso município, terão financiamento. Isso permitirá trazer ao município, na área dos equipamentos sociais, um volume de investimento próximo dos seis milhos de euros. Tendo em conta o número de instituições e a população, é um rácio imbatível no país. Brevemente haverá grandes notícias relativamente a esta questão das IPSS.

Sobre os municípios de fronteira: fizeram uma iniciativa, com a AECT Rio Minho junto com a delegação de Pontevedra, e a CIM. Estiveram juntas numa conferência de imprensa que fizeram em Tui, agora que se está a encetar um novo processo do POPTEC. É inaceitável que este dinheiro da fronteira, em boa parte seja utilizado em tudo menos nos municípios da fronteira. Reivindicaram os recursos existentes para estes territórios.

O Deputado Manuel Rodrigues falou da questão da saúde, que é um tema crucial para os territórios. Está-se a falar da segurança dos cidadãos, de estarem confortáveis nos nossos territórios. É verdade que existe um ótimo sistema nacional de saúde. Com dificuldades? Sim, mas está-se a acompanhar. E ele, deu provas disso, em todo este processo que passou nestes últimos dois anos. Está à altura das maiores dificuldades. Tem havido reuniões, com as equipas dos centros de saúde, com a Dr.<sup>a</sup> Ivone e a sua equipa, onde lhes foi dito que podem contar com o município para a colaboração necessária, tendo em vista a qualidade do serviço. Há recursos humanos e equipamentos afetos ao centro de saúde. Alguns destes

equipamentos foram afetados no processo de pandemia ao centro de saúde porque se achou que era importante que este tivesse os equipamentos adequados, e tem-se manifestado todo o conjunto de outras disponibilidades para que o centro de saúde funcione o melhor possível. Passado este processo pandémico, os centros de saúde terão uma abordagem diferente porque estamos no momento de ultrapassar o paradigma de atendimento covid para outro paradigma de atendimento. Os centros de saúde estão a fazer esse processo e rapidamente darão sinal disso. Já se começam a marcar consultas, que durante algum tempo estiveram impedidas de ser marcadas por ordens superiores, e neste momento já tudo está a funcionar. Fez-se pressão ao nível da CIM, com a ULSAM e o seu conselho administração e já está a resultar. Em Melgaço, estes dias, já existem consultas de especialidades que não existiam. Estão a ponderar colocar consultas diferenciadas em diferentes pontos de centros de saúde para os utentes não terem de se deslocar ao hospital distrital. Aquilo que era uma normalidade em 2019 começa agora a acontecer, com estas medidas.

Antes de avançar, a Presidente da Assembleia, agradeceu ao Presidente da Câmara pelas suas palavras de pesar pelos recentes falecimentos. Em seguida, questionou se mais alguém queria usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos.

Após a resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos deputados, o deputado José Albano Domingues pediu novamente a palavra para aludir a três pontos dos focados. Um primeiro para dizer, no que toca à saúde, que este é um pilar da ação governativa, tal como o são a Educação, a Justiça e a Ação Social, importando reforçar os meios necessários a que a prestação de cuidados de saúde aos nossos cidadãos regular e efetiva, e se possível de uma forma descentralizada, trazendo os médicos especialistas, para prestação das consultas aos utentes, aos Centros de Saúde, dando como exemplo, que disse meritório, desta ideia de descentralização o caso das juntas médicas, para emissão de atestados de incapacidade multiusos, que estão a ser realizadas no Centro de Saúde de Valença, evitando que os utentes tenham de se deslocar a Viana do Castelo, poupando, em viagens, sessenta quilómetros. Acrescentou que nunca é por demais pressionar as entidades e estruturas centrais ou regionais, como as Comunidades Intermunicipais, e/ou a Administração Regional de Saúde, em ordem a




que os cuidados de saúde sejam melhorados, e se não permita que a pandemia sirva como desculpa ou argumento para o não atendimento dos doentes, mais a mais quando está em causa a saúde e a vida das pessoas.

O segundo ponto a focar tem a ver com a intervenção do deputado Augusto Pinto, tendo neste âmbito o deputado José Albano frisado que percebe a resposta do senhor Presidente da Câmara, ao dizer que o tema da deliberação da implementação do Espaço do Cidadão na Freguesia de Cristóval deve ser colocado à Junta de Freguesia, mas acrescentando não deixar de ser verdade que o senhor deputado Augusto Pinto contextualizou o porquê de ter colocado tal questão nesta sede, o que tem a ver com o facto de lhe ter sido respondido pelo senhor Presidente da Junta de Cristóval, quando interpelado sobre tal questão, que a resposta, prometida por escrito, no sentido de que não haveria condições, mormente de ordem financeira, para criar aquele serviço na Freguesia, lhe seria dada pela Câmara Municipal ou em articulação com esta última.

O terceiro, e último, ponto a que aludiu, diz respeito à resposta no âmbito das transferências de competências na área social, tendo o senhor deputado afirmado devermos ter presente que se está a falar de ações junto de pessoas e de famílias em situação de vulnerabilidade e de exclusão social, que nunca é por demais realçar a dimensão de proximidade, que permite que as Câmaras Municipais (tal como acontece no caso das Juntas de Freguesia) tenham ganhos de eficiência na ação social que exercem junto das populações, que, tal como referiu o senhor Presidente, as verbas disponibilizadas para o efeito nunca são, sequer, suficientes, e que também aqui os Municípios devem ser ambiciosos e ter uma abordagem reivindicativa junto do poder central. Em ordem a se poder avaliar a capacitação financeira do Município de Melgaço para exercer competências nesta matéria, disse, porém, que os elementos da sua bancada gostariam que o senhor presidente da Câmara os elucidasse acerca de qual a expressão monetárias do referido envelope financeiro.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. O senhor Presidente da Câmara disse que percebeu a pergunta relativamente a Cristóval. Mas, se houver alguma questão a ser colocada, terá que ser com o Presidente da Junta de Cristóval, e, no sítio certo. Terá oportunidade de falar com o senhor Presidente da Junta sobre o assunto, e





acompanhar aquilo que são as preocupações dele. No entanto, não o vai fazer nesta Assembleia, quando estes assuntos dizem respeito à Junta de Freguesia.

Relativamente à saúde, o Presidente da Câmara respondeu que tem que fazer pressão, e estão a fazê-lo. Tiveram oportunidade de reunir com o conselho de administração duas vezes, uma no centro hospitalar, outra no espaço da CIM, e já esteve agendada uma reunião com o senhor Secretário de Estado, Lacerda Santos, para conversarem sobre essa matéria, e sobretudo para conversar com ele a visitação dos equipamentos. No mandato anterior tiveram oportunidade de visitar os equipamentos da educação. Estão agora a lançar a obra do centro escolar de Pomares. Em abril, arrancará. Mas, se no mandato anterior visitaram a área escolar e se agora têm condições de visitar e resolver, de forma transversal, os problemas da área social e dos equipamentos sociais, a reivindicação que a CIM faz juntos da ULSAM, ARS e junto da tutela é que, neste mandato, e aproveitando aquilo que são medidas financeiras extraordinárias como é a questão do PRR, serem capazes de visitar todos os equipamentos dos centros de saúde do distrito. Eles têm muitos anos, estão desatualizados, enquanto espaço físico: as janelas com vidros simples, coberturas envelhecidas. Há necessidade de redesenhar espaços, de reequipar os mesmos. Esse trabalho tem que ser feito neste mandato com as oportunidades financeiras que têm pelo caminho. Esse é o trabalho que estão a fazer junto das entidades. Mas também é importante que a pressão seja feita pelo cidadão. E, às vezes, o cidadão esquece-se disso. Quando à pouco referia que a questão da democracia está nas nossas mãos, também relativamente às respostas que são dadas, o cidadão tem um papel importante. Quando há situações em que o atendimento não é o adequado, quando há situações em que o cidadão sente que não está a ser bem tratado, ele deve reclamar de forma formal. Esse é um paradigma que tem que se ultrapassar. Não se pode estar sempre a vir para as redes sociais a falar sobre os assuntos. Não é no Facebook que se resolvem os problemas.

Relativamente a ação social e aos valores anuais, as autarquias são quem mais capacidade tem de transformar os territórios. É ver como é que estão os territórios de fronteira do lado galego e como estão os territórios de fronteira do lado português, para perceberem a força das autarquias. Do lado de lá não há capacidade de investimento nos territórios, porque as autarquias não têm qualquer



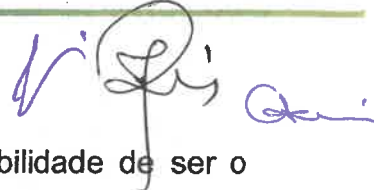
força. O país vive algum desenvolvimento e tem, com certeza, todas as condições de desenvolvimento sobretudo nos territórios de mais baixa densidade, onde as autarquias têm um poder de trabalho e de investir que noutros lados não há. Temos de reivindicar essa capacidade de investimento da parte da tutela. Aquilo que é transferido, anualmente, depois da resolução da competência, vem também nos critérios estabelecidos pela lei: cinquenta e cinco mil euros que permite pagar os recursos humanos e permite também, atender à despesa que é necessário fazer, vinda do SAS, serviço de apoio social, e vinda do apoio às famílias que estão com recibo.

Concluída a intervenção do senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra o Deputado Augusto Pinto, para dizer que quando falou do espaço cidadão, até aceita que não é o local certo para falar do assunto, mas como estava à espera de uma resposta, pensou que o senhor Presidente da Câmara pudesse saber mais informações. Outra nota, relativamente ao projeto NUTRIR, há uma preocupação nas casas de Fronteira, mas também tem uma preocupação com o projeto, é uma mais valia para o concelho. Elogiou o projeto, e critica outras coisas quando tem que criticar.

Não havendo mais intervenções neste ponto da ordem do dia, a senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º2</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal</b>
---------------------	---

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar a informação deste ponto da ordem de trabalhos. O Presidente da Câmara informou a Assembleia Municipal de que o município de Melgaço recebeu estes dias a certificação enquanto município Sustentável, pela Earthcheck – órgão acreditado pela Global Sustainable Tourism Council para certificar destinos turísticos - e pela Unesco, com medalha de Bronze. Só os Açores, neste momento, tem esta certificação. A Madeira também está a tratar da sua certificação. Entretanto, Baião também andava há cinco anos com o processo e também eles foram certificados. Melgaço é o terceiro município a receber esta menção importante para o território. Permitiu perceber em que estado está o município do ponto de vista ambiental e de



sustentabilidade. Tem sido altamente elogiado, e haverá a possibilidade de ser o município pioneiro e com práticas de grande relevância no mundo inteiro pela Earthcheck que tem trabalho connosco e com todo o destino Porto e Norte. Serão, a partir desta semana feitos workshops com todos os atores do terreno: agentes da restauração, agentes de empresas de animação, vinhos, etc. Serão capazes de continuar a construir um caminho de sustentabilidade. O financiamento, de cerca de vinte milhões de euros, vai permitir investir fortemente na realização de energia, na construção de uma fonte energética que é a energia fotovoltaica. É um trabalho que será executado, agora com esta sustentabilidade, e teremos que ter mais ambição no nosso território relativamente a esta matéria.

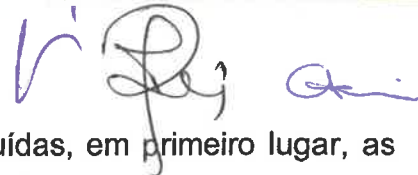
O Deputado Vítor Cardadeiro pediu a palavra para congratular o município e agradecer pelo facto de o cinema ter regressado à Casa da Cultura de Melgaço. Entende ser uma mais-valia para os melgacenses, pois é mais um fator que os leva a cá ficar e a cá gostar de estar.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa, passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º</b>	<b>Análise e deliberação da prorrogação de isenção de taxas de</b>
<b>03</b>	<b>ocupação do domínio público para esplanadas</b>

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto. O Presidente explicou que, à semelhança do que se fez em 2020 e 2021, que foi isentar os comércios, restauração, os serviços de café e bar, de taxas de ocupação de esplanadas, acrescentam isso durante este ano, neste período de recuperação económica.

No uso da palavra, o deputado José Albano Domingues referiu que a bancada do PSD era completamente a favor da implementação de medidas que possibilitem, particularmente na atual conjuntura (restritiva ou limitativa), por razões de saúde pública, facultar aos estabelecimentos comerciais de restauração, bebidas, cafetarias e pastelarias, condições práticas de exercício das suas atividades, potenciando-as. Acrescentou ter presente que a intenção e o espírito da medida proposta vão de encontro à aplicação de tal prorrogação da isenção de taxas a todas e quaisquer esplanadas, mas frisando que resulta do parecer técnico que



serve de base a esta deliberação apenas estarem incluídas, em primeiro lugar, as situações da ampliação da ocupação de espaços do domínio público e, em segundo, novas ocupações para colocação de esplanadas, deixando de fora as já existentes ou pré-existentes. Concluiu dizendo que se as deixa de fora é um erro crasso, e que acaso estejam incluídas, como entende que claramente terão de estar, importa clarificar o âmbito material da aplicação desta medida.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara. Este respondeu que entende-se que é para todo o espaço ocupado em esplanada, durante o ano de 2022.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado unanimidade

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

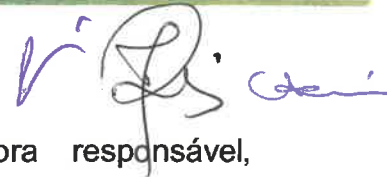
<b>Assunto n.º</b> <b>04</b>	<b>Análise e deliberação da desafetação de domínio público de talude na EM 502</b>
---------------------------------	--

A Presidente da mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para abordar o assunto, se assim o entendesse. O Presidente apenas informou que foi necessário desafetar um espaço para que se pudesse fazer um muro de contenção à estrada.

A Presidente da Assembleia questionou se havia algum pedido de intervenção neste ponto. Pediu a palavra o deputado Francisco Reis Lima. O deputado começou pelos cumprimentos habituais a toda a Assembleia. Colocou uma questão que lhe suscitou alguma dúvida, e que gostaria de esclarecer, até pelas próprias regras legais destes procedimentos, que consta na informação. O muro, depois de construído, será a sua propriedade remetida, novamente, para domínio público? Isto é, há uma desafetação, o interessado tem que pagar o terreno, vai pagar o muro e depois o muro é afeto novamente ao domínio público? Só questionava se o interessado está plenamente consciente de todo este processo?

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado Francisco Reis Lima dizendo que não tem dados objetivos para responder a essa questão, pois não acompanhou de forma direta o processo. Mas, a equipa técnica, quer da parte





jurídica, quer das obras públicas, e a senhora vereadora responsável, acompanharam este processo junto do proprietário e qualquer dúvida foi, com certeza, devidamente esclarecida com a pessoa em causa, assim como tiveram de o esclarecer sobre a situação que exige, a construção desse muro. Terminada a exposição do Presidente da Câmara, o senhor deputado Francisco Reis Lima pediu a palavra só para acrescentar que obviamente percebe perfeitamente que o senhor presidente não tenha nenhuma resposta a este nível de gestão, é com os serviços da câmara, mas deixou o alerta, pois deverá estar assegurado o esclarecimento deste procedimento, para depois também, junto do proprietário, não haver problemas.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado unanimidade. Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º</b> <b>05</b>	<b>Análise e deliberação da Revisão Orçamental n.º1 de 2022</b>
---------------------------------	---

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este ponto da ordem de trabalhos. O Presidente da Câmara iniciou por dizer que no momento da última assembleia de abril o saldo foi de pouco mais de quatrocentos e vinte e cinco mil euros e permite-lhes, antes mesmo da apresentação das contas em abril, fazer a utilização deste saldo de gerência, distribuindo-o por rubricas que consideram ser necessário reforçar.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado José Albano Domingues. Neste ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano Domingues afirmou concordar com a necessidade de se dar enquadramento orçamental, designadamente do lado da despesa, ao saldo da conta de gerência do ano anterior, no valor de 425.037,71 €uros. Referiu concordar, também, com o legislador quando este previu a possibilidade de se dar destino a tal saldo antes ainda da aprovação da prestação de contas do ano anterior, por se entender que esse valor não tem de ficar cativo, retido, ou refém de uma deliberação que venha a ser produzida meses após. Lembrou, todavia, que o orçamento para o corrente ano de 2022 não obteve o voto



favorável da bancada do PSD, e que é no Plano de Atividades e Orçamento que se vai colher a legitimação para o enquadramento a dar às verbas que transitam do ano findo (e isto para além da escolha, que é política, das obras ou áreas setoriais que, por força desta revisão, sairão reforçadas em termos de receita transitadas). Finalizou a sua intervenção dizendo ter verificado, nos documentos distribuídos, que se aproveitou esta revisão orçamental, não apenas para distribuir aquele montante, de mais de 400.000,00 €uros, para reforçar determinadas rubricas orçamentais, mas também para retirar, ou reduzir, o investimento em “património e cultura” em mais de 33.000,00 €uros, em particular nos projeto de “Dinamização das Aldeias”, e concretamente dos Eventos de animação sociocultural nas “Aldeias de Portugal”, como é o caso de Castro Laboreiro e a Aveleira, o que, confirmando-se, disse lamentar.

A Presidente da Mesa questionou o Presidente da Câmara se pretendia responder à intervenção do senhor deputado José Albano Domingues. O Presidente da Câmara respondeu que só pretendia dar uma pequena nota sobre a questão da redução do valor nas aldeias de Portugal. Se há aqui algum ajuste, é de orçamento. Não reduziram nada. Num e noutro espaço estão a ser colocados, para além da rede municipal de trilhos, o trilho de Mouro na Aveleira e o trilho do Laboreiro em Castro Laboreiro. Existe, neste momento, uma empresa interessada em investir na zona das Veigas, em Castro Laboreiro. Também brevemente será alvo de apresentação à população de Castro Laboreiro, o projeto da urbanização para revitalizar esse espaço icónico do município. Relativamente às duas aldeias em causa, o investimento público manter-se-á forte, e se, porventura há aí alguma redução de vinte ou trinta mil euros, neste momento, isso não significa nada do ponto de vista da importância política desses locais.

O deputado José Albano Domingues pediu novamente a palavra apenas para esclarecer que não põe em causa que noutro setor com rubricas do orçamento já esteja a ser feito. Mas, este em concreto, no documento que foi distribuído, diz que as verbas afetas a projetos de âmbito cultural foram reduzidas, portanto, é só para confirmar se estes dados seriam reais ou não. O senhor presidente da câmara respondeu que o que estava em causa nesta redução, tem a ver com o facto de ter havido uma candidatura e, conseqüentemente, concorrentes à realização desse mesmo projeto e a contratação ficou abaixo daquilo que era inicialmente previsto.

Portanto o que está no documento, é a redução de valor porque a contratualização ficou felizmente abaixo daquilo que estava previsto.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado por maioria, com nove abstenções da bancada parlamentar do PSD. Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º</b> 06	<b>Intervenção do Público</b>
--------------------------	-------------------------------

Não houve pedidos de intervenção

E, nada mais havendo a tratar, quando eram doze horas, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

*Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves*  
Presidente

**Catarina Aurora Rodrigues Mira**

*Catarina Aurora Rodrigues Mira*  
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

**António José Gomes Nabeiro**

*António José Gomes Nabeiro*  
2.º Secretário da Mesa da Assembleia





## ***Memorando de Homenagem ao povo ucraniano***

**Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa**

**Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Câmara e Exm<sup>os</sup>. Órgãos do Executivo**

**Exm<sup>as</sup>. Senhoras Deputadas e Exm<sup>os</sup>.s Senhores Deputados**

**Exm<sup>os</sup>.s Senhores Presidentes de Junta**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores:**

**Gostaria de manifestar pessoalmente e estender coletivamente a seguinte mensagem:**

- **Está-se a atravessar um dos momentos mais tristes do pós-Guerra Fria.**
- **Todos estamos chocados e seriamente preocupados com a situação que se vive atualmente.**
- **O Partido Social Democrata classificou a decisão da Rússia de invadir a Ucrânia como sendo “ilegal, desnecessária e inaceitável”, e, com o mundo a assistir, é preciso deixar claro que estas ações devem e deverão acarretar fortes punições.**
- **Apesar de lhe ter sido oferecida a paz, a Rússia optou pela guerra.**
- **É inaceitável que um país livre e democrático seja atacado desta forma por um país vizinho, colocando em causa a paz, a ordem internacional e pretendendo regredir a Europa aos anos mais negros da sua história.**
- **Aproveitando a circunstância do momento, o Partido Social Democrata de Melgaço declara publicamente todo o seu apoio e solidariedade à Ucrânia e ao povo ucraniano neste perigoso e dramático período da sua história, e apela às partes para que haja coragem para cessar de imediato o uso da força, calar as armas e reinar a paz no mundo.**
- **Por fim, em solidariedade com o povo ucraniano, pelos que morreram e pelos que sofrem, e em geral por toda a restante população vítima deste massacre, peço consentimento à Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Presidente desta Assembleia para que se preste a merecida e justa homenagem com um minuto de silêncio.**
- **Obrigado.**

***José Passos Rodrigo***